

Primeiro Capítulo

CONSTRUÇÃO DA REALIDADE

1.1

Princípios da realidade psíquica em Freud

Freud não criou a psicanálise de modo a nos legar um exame propriamente científico do que veio a chamar aparelho psíquico humano, ele fundou uma clínica para tratar de seu sofrimento, conquanto fosse constituindo, ao mesmo passo, um edifício conceitual que lhe servisse como instrumento de trabalho. Seu percurso, como é feito notar, abandona a pretensão de ciência psicológica pela injunção criativa de um estatuto metapsicológico: *id*, *ego*, *superego*, etc; deixa-nos, portanto, um modelo de aparelho psíquico cuja inventiva inaugura um novo campo, e não apenas um novo objeto a ser incorporado ao catálogo do conhecimento (VIEIRA, 2005), e que, embora agregue referências eventuais da Física, Biologia e demais ciências, a elas não se confunde, dada a função clínica aí implicada.

No tocante à representação da realidade realizada por este aparelho, sob o ponto de vista de seus estudos e constatações clínicas acerca das neuroses, Freud associa o conceito ao qual denomina *realidade psíquica*, modo de enquadrar a realidade em oposição muitas vezes ao que desse enquadramento restaria do lado de fora, e que contrapunha pelo nome de *realidade concreta*, *material* ou *externa*, como também encontramos ao longo de sua obra. Um fragmento de *Totem e tabu* (1913) vem aqui nos oferecer uma primeira idéia do que isso seria:

O que jaz por trás do sentimento de culpa dos neuróticos são sempre *realidades psíquicas*, nunca *realidades concretas*. O que caracteriza os neuróticos é preferirem a realidade psíquica à concreta, reagindo tão seriamente a pensamentos como as pessoas normais às realidades (FREUD, 1913, p. 160).

A literatura sempre nos prestará ajuda, como aqui recorreremos ao conto de Jair Ferreira dos Santos, *A jornada argentina de um homem feio* (1996), para ilustrar a

proposição freudiana com auxílio de seu personagem Marco que, segundo o autor, embora não seja, se considera feio:

A feiúra de Marco é menos um fato do que uma construção, uma dessas obras de engenharia psicológica nas quais o sujeito se tranca num primor de auto-sabotagem. Um alerta constante o faz prisioneiro dos detalhes; qualquer ninharia ganha nele a força de um terremoto (SANTOS, 1996, p.106).

Aqui, tanto nas palavras de Freud quanto no exemplo ficcional, parecem-se antepor, de um lado, uma construção subjetiva e, de outro, uma realidade factual, distorcida ou mascarada pela primeira. Contudo, segundo o que pretendemos expor, o conceito freudiano em questão encontrar-se-á para além do que se poderia atestar como simples reprodução da dicotomia objetivo/subjetivo.

A realidade parece-nos ser algo como um mundo separado da invenção, e lhes atribuímos um valor muito diferente. Ademais, também o paciente enxerga as coisas por esse prisma, em seu pensar normal. (...) Isto, porém, invariavelmente causa dificuldades (FREUD, 1917, p.430).

Antes de avançarmos sobre a definição da realidade psíquica, caberia recordar que todo o esforço inicial da investigação freudiana a respeito da causa originária das paralisias histéricas consistiu em buscar, no passado, uma ocorrência factual capaz de determiná-las. Ou seja, uma vez que careciam de uma etiologia instanciada nos mecanismos fisiológicos corporais, Freud, ainda tomado pelo ideal cientificista, desloca a necessidade de um ‘suporte material’ ao exame do que as histéricas lhe pudessem relatar do passado – anseio que se esvai tal a um castelo de areia, o qual Freud abandona sob o título de sua Teoria da Sedução, momento bem resumidamente descrito numa passagem de seu *Estudo autobiográfico* (1925):

Quando, contudo, fui finalmente obrigado a reconhecer que essas cenas de sedução jamais tinham ocorrido e que eram apenas fantasias que minhas pacientes haviam inventado ou que eu próprio talvez houvesse forçado nelas, fiquei por algum tempo inteiramente perplexo. De igual modo, minha confiança em minha técnica e nos seus resultados sofreu rude golpe; (...) Quando me havia refeito, fui capaz de tirar as conclusões certas da minha descoberta: a saber, que os sintomas neuróticos não estavam diretamente relacionados com fatos reais, mas com fantasias impregnadas de desejos, e que, no tocante à neurose, a realidade psíquica era de maior importância que a realidade material (FREUD, 1925, p.39).

Ainda de modo precipitado, somos levados a concluir que Freud, então recuperado do golpe sofrido, passasse a considerar tais “fantasias impregnadas de desejos” (*Ibid.*) funcionando na neurose como uma espécie de lente deformadora, cujo trabalho incumbiria deturpar “fatos reais” (*Ibid.*). Do mesmo modo, dir-se-ia que, em suma, seu tratamento analítico passasse então a privilegiar um regime diferenciado do que chamou *realidade material*, onde, a mesma, repousaria lá encoberta, à espera de ser revelada por sob a cortina de fumaça psíquica que caberia ao tratamento analítico dissipar.

No entanto, como já dito, a antiga cisão dicotômica que assim nos distingue um campo subjetivo (interno) de seu par objetivo (externo) restará pouco vantajosa, de acordo com o que iremos verificar em Freud, quando o que está em jogo é a condução do tratamento analítico. Há uma passagem onde Freud nos indica de maneira inquietante seu postulado a esse respeito, ao longo da *Conferência XXIII – Os caminhos da formação dos sintomas* (1917):

Se começarmos por dizer-lhe [ao paciente] diretamente que agora está disposto a trazer à luz as fantasias com as quais deturpou a história de sua infância (assim como toda nação adultera sua pré-história esquecida, construindo lendas), podemos observar que o interesse do paciente em continuar a desenvolver o assunto subitamente diminui de uma forma indesejável. Ele, também, quer experimentar as situações reais e desdenha tudo aquilo que é simplesmente ‘imaginário’. Todavia, se até a conclusão dessa parte do trabalho o deixarmos na crença de que estamos ocupados em investigar os eventos reais de sua infância, corremos o risco de, posteriormente, ele acusar-nos de estarmos equivocados e de rir-se de nós, por nossa aparente credulidade. Levará um bom tempo até poder assimilar a nossa proposição de que podemos igualar fantasia e realidade; (...) Ademais, esta é, evidentemente, a única atitude correta a adotar para com esses produtos mentais. Também eles possuem determinada realidade.” (FREUD, 1917, p.430). [*grifo nosso*]

De forma inusitada, Freud atesta “determinada realidade” (*Ibid.*) às fantasias, propondo-nos, ainda, se o que está em jogo é a condução do tratamento analítico, poder igualá-las, fantasia e realidade – sem, no entanto, até esse ponto do texto, fazer uso do conceito de realidade psíquica, de onde prossegue

Subsiste o fato de que o paciente criou essas fantasias por si mesmo, e essa circunstância dificilmente terá, para a sua neurose, importância menor do que teria se tivesse realmente experimentado o que contém suas fantasias. As fantasias possuem *realidade psíquica*, em contraste com a *realidade material*, e gradualmente aprendemos a entender que, *no mundo das neuroses, a realidade psíquica é a realidade decisiva (Ibid.)*.

Podemos então observar que, se por um lado, o conceito de realidade psíquica serve a Freud para distingui-lo de sua antítese *material*, por outro, faz coabitar, em seu domínio, fantasia e realidade, a partir da equivalência de ambos no que diz respeito à sua importância para a condução de uma análise.

Não obstante, para que possamos melhor compreender essa equivalência (ou aproximação dos campos subjetivo/objetivo), nos serão aqui necessários dois passos contíguos: primeiramente, o exame de um dos conceitos fundamentais postulados por Freud, o inconsciente; em seguida, a retomada do postulado freudiano relativo à origem do ego.

Logo na *Interpretação dos Sonhos* (1900) encontramos uma tentativa de formulação do conceito de inconsciente junto ao de realidade psíquica, em que Freud postula ser o inconsciente “*a verdadeira realidade psíquica*” (FREUD, 1900, p.637).

A perspectiva, inovadora, de se considerar o inconsciente como fonte primária da realidade psíquica é o que, para Freud, conferirá à fantasia “*determinada realidade*” (FREUD, 1917, p.430), tal como também verificamos na Carta 69 em que Freud (1897) comenta “*a descoberta comprovada de que, no inconsciente, não há indicações da realidade, de modo que não se consegue distinguir entre a verdade e a ficção*” (FREUD, 1897, p.310).

Já no texto *Sobre o narcisismo: uma introdução*, Freud (1914) diz não ser possível supor que uma unidade comparável ao ego exista já no indivíduo desde o início, sendo necessário uma adição, fruto de “*uma nova ação psíquica*” (FREUD, 1914, p.93), a fim de provocar o narcisismo (ego).

Desse modo, somos levados a entender, com Freud, que o ‘eu’ que habita a realidade psíquica não lhe é de modo algum anterior: ao contrário, deve sua construção a ela. E o mesmo aconteceria com relação ao ‘mundo’, realidade que

Freud nos diz poder igualar à fantasia no tocante ao tratamento analítico; tampouco a ele reservaria-se qualquer anterioridade¹.

A primeira conseqüência que podemos tirar desses dois passos é a de que, ao modelo de aparelho psíquico freudiano, não há qualquer relação possível senão mediada pela realidade psíquica – ela própria devendo sua origem a um ponto que nos será perpetuamente desconhecido, inconsciente.

A segunda é a de que esse mundo ao qual chamamos de objetivo, mundo da realidade humana, também é resultado de uma operação e deve ser distinguido da ‘exterioridade como tal’.

Quanto a esta, Freud (1925), em alguns momentos de sua obra, como em *Inibição, Sintoma e Angústia*, refere-se chamando-a “*quantidades excessivas de excitação*” (p.129), ou “*acúmulo de quantidades de estímulos*” (p.136) contra os quais o aparelho psíquico, segundo nos instrui, operaria como ‘escudo protetor’, acrescentando ainda que episódios traumáticos seriam aqueles associados a experiências em que este tipo de escudo foi desfeito:

Além disso, deve-se recordar que nas experiências que conduzem a uma neurose traumática o escudo protetor contra os estímulos externos é desfeito e quantidades excessivas de excitação incidem sobre o aparelho mental (FREUD, 1925, p.129).

Em *Além do princípio do prazer* (1920) Freud coaduna esta perspectiva quanto ao movimento de afastamento/isolamento em que se constituiria o aparelho psíquico:

Essas partes são os órgãos dos sentidos, que consistem essencialmente em aparelhos para a recepção de certos efeitos específicos de estimulação, mas que também incluem disposições especiais para maior proteção contra quantidades excessivas de estimulação e para a exclusão de tipos inapropriados de estímulos. É característico deles tratarem apenas com quantidades muito pequenas de estimulação externa e apenas apanharem *amostras* do mundo externo. Podem ser talvez comparados a tentáculos que estão sempre efetuando avanços experimentais no sentido do mundo externo, e então retirando-se dele (FREUD, 1920, p.38). [*grifo nosso*]

Sabemos hoje, pela Física, a que estreita faixa de ondas (elétricas, luminosas, sonoras, etc.) se limita o alcance perceptivo de nossos órgãos sensoriais – e quão

¹ Cf. VIEIRA, 2003, p.27-36, de onde retiramos boa parte das considerações dessa seção.

perturbador é imaginar a que caos seríamos remetidos caso tal limitação desaparecesse! Somos assim levados a concluir, com Freud, que o aparelho psíquico não se constitui, como poderíamos pensar, de modo a atingir uma percepção legítima da exterioridade que o cerca, mas para afastar-se de seu caos invasor, estabilizando-o por meio de uma realidade psíquica.

Sendo assim, a inusitada inversão operada por Freud seria a de que os campos subjetivo e objetivo não são prévios à realidade psíquica, mas, antes, categorias constituídas a partir dela.

Contudo, quanto a esse caos invasor – a que à realidade psíquica corresponderia um efeito de estabilização –, Freud sustentará ainda uma paradoxal aproximação àquele vivido pelo indivíduo em seu foro íntimo, face derradeira do inconsciente

(...) em sua natureza mais íntima, ele [o inconsciente] nos é tão desconhecido quanto a realidade do mundo externo, e é tão incompletamente apresentado pelos dados da consciência quanto o é o mundo externo pelas comunicações de nossos órgãos sensoriais (FREUD, 1900, p.637).

A bem dizer, o conceito de inconsciente guarda uma característica de *desconhecimento* que aproxima, paradoxalmente, um mesmo ponto inapreensível à nossa capacidade perceptiva, tanta ele para dentro ou se nos ofereça Universo afora – um *ponto cego* (tema que retomaremos adiante pela visada lacaniana) que se manterá sempre à frente – “*da ordem do não-realizado*” (LACAN, 1964, p.28), antecipemo-nos aqui – tanto dos mais sofisticados instrumentos de investigação e acesso ao mundo empírico, quanto das mais introspectivas formas de rastreamento da consciência, anseio que Lacan nos descrê de maneira jocosa dizendo “*quando mais nenhuma abertura restará diante no coração do sujeito*” (LACAN, 1964, p.210).

Também em Freud (1900) encontramos menção a esse limite, quando nos atesta não poder esperar que os sistemas psíquicos a que se refere, entre eles o inconsciente, possuam qualquer tipo de existência localizável no corpo,

(...) as idéias, os pensamentos e as estruturas psíquicas em geral nunca devem ser encaradas como localizadas em elementos orgânicos do sistema nervoso, mas antes, como se poderia dizer, entre eles. (...) Tudo o que pode ser objeto de nossa percepção interna e virtual é como a imagem produzida num telescópio pela passagem

dos raios luminosos. Temos justificativa para presumir a existência dos sistemas que não são, de modo algum, entidades psíquicas e nunca podem ser acessíveis à nossa percepção psíquica semelhantes às lentes do telescópio, que projetam a imagem (FREUD, 1900, p.636)². [grifo nosso]

Ademais, Freud virá associar, ainda, as *exigências pulsionais* enquanto excesso concernente a estímulos que nos seriam íntimos³, como explicita durante a *Conferência XXXI – Dissecção da personalidade psíquica* (1933):

É a parte obscura, a parte inacessível de nossa personalidade; o pouco que sabemos a seu respeito, aprendemo-lo de nosso estudo da elaboração onírica e da formação dos sintomas neuróticos, e a maior parte disso é de caráter negativo e pode ser descrita somente como um contraste com o ego. Abordamos o id com analogias; denominamo-lo caos, caldeirão cheio de agitação fervilhante. Descrevemo-lo como estando aberto, no seu extremo, a influências somáticas e como contendo dentro de si necessidades instintuais [pulsionais] que nele encontram expressão psíquica; não sabemos dizer, contudo, em que substrato (FREUD, 1933, p.78). [grifo nosso]

Verifica-se aqui esse ponto de interseção, terreno inconsciente⁴, de onde brota para Freud a realidade psíquica e a partir de onde os campos de construção do ‘eu’ e do ‘mundo’ irão se dissociar, estabilizados quanto ao excesso aniquilador e invariavelmente incompatível à subsistência dessa realidade:

Assim, o ego combate em duas frentes: tem de defender sua existência contra um mundo externo que o ameaça com a aniquilação, assim como contra um mundo interno que lhe faz exigências excessivas” (FREUD, 1938, p.213)⁵.

Fica assim estabelecido, com Freud, sob efeito de uma estabilização de estímulos múltiplos e excessivos, o campo de realidade psíquica a partir do qual o

² Cf. VIEIRA, 2005.

³ Aspecto também retomado por Lacan, ao longo do Seminário 11 (1964), enquanto *realidade sexual do inconsciente*: “Vamos ao fato. A realidade do inconsciente é – verdade insustentável – a realidade sexual. Em cada oportunidade Freud articulou isto, se assim posso dizer, com firmeza” (LACAN, 1964, p.143). Abordaremos esse tema mais especificamente na seção 1.3 do presente capítulo.

⁴ Ponto o qual Lacan, ao longo do Seminário 7 (1960), irá sugerir pelo neologismo que cria chamando-o ‘extimidade’: “esta exterioridade íntima, esta extimidade” (LACAN, 1960, p.173), espécie de oxímoro condensado num só verbete.

⁵ O papel específico do ego no aparelho psíquico, aqui mencionado, será melhor investigado na seção 1.3.

indivíduo humano vive e se desloca, se aborrece e entusiasma, em experiências vividas de maneira concreta por seu aparato psíquico.

É preciso frisar o caráter de concretude dessa experiência para não restar ao conceito de realidade psíquica qualquer analogia a um estatuto meramente subjetivo e impalpável tal ao de uma lente deformadora. É nessa direção que podemos avançar agora em companhia de Lacan.

1.2 Uma imagem banhada de sentido

Em 1953, Lacan introduz uma tríade conceitual – distinguindo os registros Real, Simbólico e Imaginário – que, segundo Miller, seguirá como “*a pedra de toque de seu ensino*” (MILLER, 1987, p.15), e a partir da qual se origina, assim como torna original, toda uma releitura de Freud.

Quanto ao conceito de realidade psíquica freudiano, encontramos uma articulação do mesmo face a esses três registros, numa passagem do Seminário 22 (1975):

(...) Simbólico, Imaginário e Real são deixados independentes, estão à deriva em Freud, tanto é isso que lhe foi necessária uma realidade psíquica que atasse essas três consistências (LACAN, lição de 14/01/1975, inédito). [*tradução nossa*]

Tal proposição nos parece sugerir que com o conceito de realidade psíquica Freud articulasse de modo um tanto extenso (o que portanto implica em toda uma dificuldade de interpretá-lo ao longo de sua obra) algo que foi necessário a Lacan destrinchar a partir de três registros⁶.

⁶ Na verdade, na passagem citada, Lacan (1975) pretende conferir à realidade psíquica um estatuto de quarto elemento em sua tríade de registros, dimensão a qual não iremos explorar aqui. Cremos que a leitura proposta já baste aos objetivos desse trabalho.

Passemos então ao exame do que Lacan propôs circunscrever em cada um desses registros segundo a ótica do que pudemos avançar até aqui quanto aos princípios do conceito de realidade psíquica freudiano:

- Primeiramente, o registro do Real, localizado pelo que da *realidade material* freudiana concerniria à ‘exterioridade como tal’, a ela atribuídas as qualidades de um caos disforme e excessivo ao qual, sobretudo, não se tem acesso. “*Cada vez que queremos verdadeiramente abordar o que diz respeito ao Real, o Real é sempre o impossível*” (LACAN, lição de 15/12/65, inédito). [tradução nossa]
- Quanto ao registro Imaginário, caberia-nos dissociá-lo, antes de mais nada, da analogia à imaginação, atividade ideativa e fantasiosa do pensamento⁷, devendo remetê-lo, sim, à *imagem* – esta, nunca estritamente subjetiva, mas constituinte da dimensão concreta onde nos deslocamos. “*Não há Imaginário que não suponha uma substância. Eis aí um fato estranho, mas é sempre no Imaginário, a partir do espírito que dá substância a esse modelo, que as questões que daí se formulam são secundariamente colocadas para o Real*” (LACAN, lição de 17/12/74, inédito). [tradução nossa]
- Ao registro Simbólico foi, por sua vez, atribuído o campo da linguagem. Lacan irá conceituar a linguagem tratando-a como estrutura, rede extensa de palavras articuladas uma à outra segundo suas relações lógicas e formais, e que constituem – ponto que aqui ressaltamos – um eixo próprio que vigora tal ao *Verbo* bíblico, anterior ao que dele se faz *carne*; um campo de alteridade radical, *campo do Outro*, onde também se situam a pluralidade dos sentidos concernentes à cultura. “*Hoje em dia, no tempo histórico em que estamos, de formação de uma ciência, que podemos qualificar de humana, mas que*

⁷ Cf. ELIA, 2004, p.127.

é preciso distinguir bem de qualquer psicossociologia, isto é, a lingüística, cujo modelo é o jogo combinatório operando em sua espontaneidade, sozinho, de maneira pré-subjetiva (...)” (LACAN, 1964, p.26).

Dito isso, podemos agora fazer referência, ainda que de maneira comedida, aos registros introduzidos por Lacan, avançando acerca da investigação da construção da realidade para um sujeito.

É preciso frisar primeiramente que, para Lacan, qualquer tipo de consideração acerca dos três registros deverá levá-los em conta simultaneamente, aspecto que mais tarde será materializado por ele através da topologia com o uso do nó borremeano, tema que deixaremos por desenvolver numa próxima oportunidade.

Por ora, nos caberia ressaltar a introdução – bastante característica ao ensino de Lacan – do registro Simbólico.

Já compreendemos que a realidade psíquica freudiana não é constituída a partir da diferença entre ‘eu’ e ‘mundo’, mas, ao contrário, lhes é constituinte. Bastaria então propor, segundo Lacan, o exame de que essa constituição, essa estabilização da realidade do ‘eu’ e do ‘mundo’, só viria a cabo por uma mediação *via linguagem* – ou seja, à função de construção da realidade atribuída por Freud à realidade psíquica, Lacan acrescenta o Outro da linguagem – só a partir de onde algo poderia vir a se estabilizar: a partir de quando o aparelho psíquico aprende a dar nome aos elementos que o cercam, no que os discrimina (operação a qual Lacan se refere, desde que inicia seu ensino, como *simbolização*).

Mas quem nos introduz ao campo dos símbolos? Certamente não nascemos instruídos dos mesmos – aqui, poderíamos operar, com Lacan, semelhante inversão à antes verificada em Freud: nascemos instruídos *pelos* mesmos.

O eixo Simbólico preexiste ao corpo do feto que nele irá se banhar, e é só a partir desse encontro que irá se produzir o sujeito, ponto onde Lacan se distancia de quaisquer tentativas de apreensão desse advento pela via protocolar de uma ciência, seja ela biológica ou psicológica, arrolada em passos de um desenvolvimento a partir das interações recíprocas entre organismo e meio:

Essa definição simples supõe que a linguagem não se confunda com as diversas funções somáticas e psíquicas que a desservem no sujeito falante.

Pela razão primeira de que a linguagem, com sua estrutura, preexiste à entrada de cada sujeito num momento de seu desenvolvimento mental (LACAN, 1966, p.48).

Fica portanto impossível, a partir da visada lacaniana, desatrelar o sujeito humano (ser falante, ou *falasser* [parlêtre]) do discurso, da cadeia simbólica que o funda.

De modo que Lacan irá conferir importância *sine qua non* à presença de ‘outrem’ na constituição do sujeito, a ela confiando o papel de suporte à transmissão da cadeia simbólica.

Isso nos autoriza indicar, em Lacan, o radical efeito que o eixo significante assume em sua teoria, aí incluída a maneira do aparelho psíquico construir a realidade.

Ao falarmos numa estabilização enquanto realidade psíquica, não podemos supor então, com Lacan, uma imagem enquanto simples substrato de excessos perceptivos, mas enquadrada sobretudo a partir de uma linha de sentido, onde vêm amarrados seus múltiplos estímulos constitutivos então subordinados ao efeito dos significantes.

Um exemplo disso nos é dado por Vieira (2003), segundo Lacan o dispõe ao longo do Seminário 3 (1956), evocado a partir de uma passagem do *Zaratustra* de Nietzsche (1892), e que Lacan chama “*paz do entardecer*” (LACAN, 1956, p.156). Trata-se de uma sensação de paz oriunda do fim da jornada de trabalho concomitante à diminuição da luz do dia.

Segundo Lacan nos indica através desse exemplo, não se pode esperar que essa sensação de paz seja vivida pelo ser falante enquanto pura resposta ao dado fenomênico, da redução da luminosidade solar na medida em que a rotação do horizonte a esconde – esta que acomete aos animais afastados da convivência humana um mero sinal para seu ciclo de comportamento. Ao sujeito que fala, portanto, não resta qualquer possibilidade do apagamento da luz diurna vir a constituir-se como impressão desatrelada de sua imersão na caldeira simbólica, e o efeito mais curioso dessa sensação de paz – como de qualquer outra provocada pelo crepúsculo: medo,

ansiedade, nostalgia – é o caráter paradoxal com que sua origem nos suscita uma espécie de indeterminação, ou continuidade, entre o dentro e o fora⁸.

Em termos lacanianos, portanto, a distinção entre ‘dentro’ e ‘fora’ – que tanto poderia nos confundir a leitura da realidade psíquica de Freud reduzindo-a a uma interioridade subjetiva apartada do mundo material – dá lugar assim a um novo tipo de oposição que nos difere agora 1) a realidade, imagem/sentido do ‘eu’ e do ‘mundo’ forjada tão somente através de uma marca significante doada pela linguagem; 2) do Real, que, por sua vez, irá revelar-se enquanto ‘impossível de simbolizar’, isto é, resto inacessível que se apresenta como *sem-sentido/fora-do-sentido* na montagem em que é erguida toda e qualquer realidade.

1.3 A realidade libidinizada

Um outro nome dado por Lacan a esse resto não simbolizável foi o de *objeto*, ao qual alude acrescentando à sua maneira o *a* minúsculo.

O tema do objeto, pela via da relação de satisfação/insatisfação estabelecida pelo aparelho psíquico em sua tentativa de encontro com ele, merecerá então o devido exame face ao que ali irá se articular o conceito de cadeia significante introduzido por Lacan.

Retomemos então a montagem da realidade psíquica freudiana situando-a agora em relação ao objeto.

A partir do artigo *Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental*, Freud (1911) introduz o conceito de *princípio de prazer*, a ele atribuindo a idéia de uma busca do aparelho psíquico pela permanência no estado de prazer,

⁸ Citando Vieira: “A paz do entardecer não é uma criação/resposta dos meus neurônios a um dado fenômeno. Ela é anterior e posterior a mim. Temos o sentimento irresistível de que ela é nossa no momento em que somos tomados por ela, mas percebemos agora que ela está também fora. Ela não é nem externa nem interna. Isso aparece claramente nesta paz que nos invade pois neste momento é impossível de dizer se este sentimento vem de dentro, de nós mesmos, ou de fora, dos movimentos do mundo” (VIEIRA, 2003, p.27-36).

segundo a qual o mesmo estaria submetido a um processo onde qualquer eventual tensão (ou desprazer) devesse ser reconduzida ao equilíbrio (homeostase) através de um processo de descarga.

Estes processos esforçam-se por alcançar prazer; a atividade psíquica afasta-se de qualquer evento que possa despertar desprazer. (...) Nossos sonhos à noite e, quando acordados, nossa tendência a afastar-nos de impressões aflitivas são resquícios do predomínio deste princípio e provas do seu poder (FREUD, 1911, p.238).

Até aqui, a idéia que destacamos diz respeito a um tipo de evitação do aparelho psíquico ao que Freud chama “*impressões aflitivas*” (*Ibid.*), o que anteriormente, na seção 1.1, pudemos articular ao movimento de isolamento/afastamento do aparelho, necessário à constituição da realidade.

Contudo, ao princípio de prazer também se articula um processo de descarga, que necessariamente implica um remetimento ao objeto, pela constatação tão evidente de que o aparelho psíquico não extrai sua subsistência ou, ainda, a satisfação de suas necessidades, senão a partir de uma busca por aquilo que se lhe apresenta como exterior a ele. “*A descarga motora foi agora empregada na alteração apropriada da realidade; foi transformada em ação*” (*Ibid.*, p.240).

E uma vez que o pólo motor – localizado na saída do que Freud, em 1900, concebe como modelo ao aparelho psíquico⁹ – precisa agora interferir na realidade através de algum tipo de alteração que lhe conceda descarga, se faz necessário evocar o conceito com o qual Freud virá aplicar a idéia de *atividade* do aparelho, a saber, a pulsão, resumidamente entendível como força que pulula no organismo e o incita à atividade de busca pelo objeto.

A pulsão irá implicar em toda a dinâmica de investimento do aparelho psíquico, sendo a representante motriz do princípio de prazer freudiano.

Virá somar-se, portanto, à nossa investigação acerca da construção da realidade psíquica o elemento que a libidiniza: as exigências pulsionais que, antes, na seção 1.1, havíamos nos referido a partir de Freud (1938) enquanto estímulos provenientes do mundo interno do indivíduo (e, ainda, na medida do que Lacan, ao longo do

⁹ Apresentado na *Interpretação dos sonhos* (1900) segundo um esquema contendo uma entrada perceptiva, uma reserva de traços de memória e uma saída motora (FREUD, 1900, p.568).

Seminário 11 (1964, p.143), a elas se refere enquanto ‘realidade sexual do inconsciente’).

Em seu artigo de 1920, *Além do princípio de prazer*, Freud irá então dividir o domínio das pulsões em duas classes (p. 86), *de vida (Eros)* e *de morte (Tânatos)*, relacionando-as ao conceito de princípio de prazer anteriormente estabelecido em 1911.

No referido artigo de 1920, Freud virá atestar que, se por um lado, a realidade psíquica do aparelho se constitui num movimento de estabilização dos estímulos que o impelem ir ao encontro do objeto, garantido-lhe assim a manutenção de suas tensões através de uma satisfação/descarga controlada (parcial) em seu acesso a eles – nível da pulsão de vida; por outro lado, constata uma dimensão *mais além* em seu princípio psíquico, de tal ordem que se levada a termo implicaria no aniquilamento do aparelho, ou seja, na redução das tensões a zero, “*o princípio de prazer parece, na realidade, servir às pulsões de morte*” (FREUD, 1920, p.108).

Isso irá implicar, em conseqüência, um duplo e contraditório movimento do aparelho em relação ao Real: ao mesmo tempo em que o evita/estabiliza para permanecer existindo, luta para buscá-lo¹⁰.

De acordo com Freud (1923):

(...) torna-se provável que devemos reconhecer a existência de duas classes de instintos [pulsões], correspondentes aos processos contrários de construção e dissolução no organismo. (...) Os instintos eróticos e os instintos de morte estariam presentes nos seres vivos em misturas ou fusões regulares, mas ‘desfusões’ também estariam sujeitas a ocorrer. A vida consistiria nas manifestações do conflito ou na interação entre as duas classes (FREUD, 1923, p.358).

Caberia então passarmos à investigação de como se estabelece a dimensão desse *mais além* indicado por Freud para, ainda, atrelar sua concepção ao conceito de cadeia significante lacaniano, sem o qual – como pudemos introduzir na seção anterior – não há vivência humana possível.

Para tanto, retomemos Freud, num dos mais comentados capítulos de seu Projeto de 1895, *A experiência de satisfação*. Ali, Freud se dispõe a examinar os

¹⁰ Cf. VIEIRA, 2003, p.27-36.

processos inaugurais do recém-nascido quanto à obtenção da satisfação de suas necessidades. Descreve-nos um primeiro momento em que os traços mnêmicos onde serão inscritos os estímulos referentes à introdução do seio materno virão se conectar à satisfação obtida através dele – momento que constitui o que Freud vem a chamar de *satisfação original*: esta que irá cumprir, segundo Lacan nos dirá ao longo do Seminário 7 (1960), a “*função de mito*” (p. 178) diante de todas as demais que se seguirão.

Prosseguindo em seu texto, Freud nos indica um segundo momento em que uma nova ativação da necessidade, ora suprida pelo seio, vem evocar no aparelho “*algo idêntico a uma percepção – a saber, uma alucinação*” (FREUD, 1895, p.372) do mesmo. Freud voltará ao exame desse fenômeno na *Interpretação dos sonhos* (1900), tal como o lemos:

Em decorrência do vínculo assim estabelecido [estímulo do seio e satisfação pelo alimento], na próxima vez em que essa necessidade for despertada, surgirá de imediato uma moção psíquica que procurará recatexizar a imagem mnêmica da percepção e reevocar a própria percepção, isto é, restabelecer a situação da satisfação original (FREUD, 1900, p.594-595).

Aqui podemos verificar, sob novo ângulo, a proposição freudiana acerca da constituição da imagem psíquica: ela não resulta de uma mera reprodução (ainda que em substrato) dos objetos dispostos no campo visual tal como realizam as lentes de uma câmera fotográfica, mas está atrelada a catexias pulsionais que irão construir essa imagem sob certo tipo de exigência.

Lacan nos irá propor, então, ao longo do Seminário 5 (1958, p.225), que somente a partir de uma nova experiência obtida (o que implica necessariamente a ação específica de outrem) é que tal satisfação poderá ser vivida: para tanto é preciso que se repita a conexão – que, portanto, nada tem de inata – entre o que antes era pura incitação sem sentido e uma imagem que, retroativamente, se constituirá enquanto objeto de satisfação (ou melhor, de desejo) doando sentido àquela necessidade. Aí se instaura a dimensão do desejo, desejo de alguma coisa, do seio no caso.

O que decorrerá dessa segunda passagem, contudo, é que já não se poderá extrair dela uma satisfação tão plena, uma vez que o objeto agora só será atingível a

partir de sua alucinação – esta que, ao mesmo tempo que o evoca, o distingue do primeiro.

O surgimento do segundo princípio freudiano, *princípio de realidade*, irá se apresentar, então, segundo Lacan (1958, p.225), enquanto uma discordância fundamental entre a experiência original de satisfação – mítica, portanto, porque nunca vivida enquanto realidade psíquica – e as seguintes, obtidas a partir de um acoplamento (ou nodulação) da imagem alucinada do objeto com sua fração Real – o que, só assim, concede possibilidade à descarga¹¹.

O emprego do verbo *alucinar*, nesse caso, poderá ser entendido em Freud não como o de uma imagem puramente interna (subjetiva), mas como representante do desencontro entre o buscado e o encontrado no objeto, tal como nos diz Lacan ao longo do Seminário 3 (1956):

Toda apreensão humana da realidade está submetida a essa condição primordial – o sujeito está na busca do objeto de seu desejo, mas nada o conduz a ele. A realidade, na medida em que ela está sub-tendida pelo desejo, é no início alucinada. A teoria freudiana do nascimento do mundo objetual, da realidade tal como ela é expressa no fim da *Traumdeutung* [*Interpretação dos sonhos*] por exemplo, e retomada a cada vez que se trata dela essencialmente, implica que o sujeito fique em suspensão com respeito ao que constitui seu objeto fundamental, o objeto de sua satisfação essencial (LACAN, 1956, p.101).

Avançando, verificamos que no mesmo Projeto de 1895, Freud parte na tentativa de precisar o lugar e a função do ego. Frente ao caráter fundamentalmente alucinatório de satisfação do desejo, nomeado *processo primário*, ficaria então o ego incumbido de certo tipo de ajuste à realidade, em caráter *secundário*: seria ele o responsável pelo acoplamento entre o jogo de imagens alucinadas e a percepção do meio, garantindo assim o acesso (parcial) aos objetos, bem como a iminente descarga do aparelho. Tal concepção delega um caráter propriamente adaptativo ao ego, concepção que a experiência clínica de Freud não tardará em lhe dissuadir.

¹¹ Citando Lacan: “É nessa própria discordância que se abre a hiância que permite à criança obter um primeiro reconhecimento do objeto” (LACAN, 1958, p.225), entendido aí um tipo de reconhecimento que se dá através de uma imagem alucinada do objeto a separá-lo de sua integridade Real, agora inacessível.

E como pudemos já observar na seção 1.1, com base no texto freudiano sobre a origem do narcisismo (1914), assim como os objetos, também o ego erigirá para Freud como miragem numa realidade psíquica forjada a partir de uma matriz inconsciente, o que destitui qualquer posto de capitania à desamparada embarcação psíquica.

Isso implicará numa indeterminação sobre qualquer tipo de definição *a priori* que pudesse vir inscrita no aparelho enquanto endereço específico de remetimento das exigências pulsionais. A essa incitação vital não há objeto próprio, peculiar, passo em que a psicanálise rompe com todo pensamento científico aristotélico e coloca-se em definitivo no terreno de uma ética para o desejo¹².

As conexões de remetimento ao objeto, portanto, nesse tatear pulsional, só irão encontrar sua amarração (segundo pudemos avançar com base em Lacan na seção anterior) uma vez vinculadas ao eixo Simbólico – no que se introduz, ali no momento de construção da imagem/alucinação do objeto, sua dimensão significativa, enquanto processo de simbolização que lhe reveste de sentido.

Tal amarração, Lacan (1958) nos irá dizer ainda, doada inexoravelmente pela ação de outrem, também encontrará suporte, nesse outrem, a conferir lugar ao Outro:

Eis, portanto, uma coisa que deve sempre lembrar-nos que, se é verdade que podemos abordar o princípio de prazer sob o ângulo da satisfação fundamentalmente irreal do desejo, o que caracteriza a satisfação alucinatória do desejo é que ela se propõe no campo do significante e implica, como tal, um certo lugar do Outro. Aliás, não se trata forçosamente de um Outro, mas de um certo lugar do Outro, na medida em que ele é exigido pela proposição da instância do significante (LACAN, 1958, p.229).

Para Lacan, esse momento peculiar – em que o aparelho se constituirá enquanto organização capaz de buscar certa satisfação em determinados objetos, momento em que se instaura, portanto, a dimensão do desejo – irá tratar, sobretudo, “*da travessia pela intenção desejante do que se coloca para o sujeito como a cadeia significativa*” (LACAN, 1958, p.227), que está “*desde logo constituída na mãe, de lhe impor [ao sujeito], na mãe, sua exigência e sua barreira*” (*Ibid.*, p.226).

¹² Cf. LACAN, 1960, p.14 e também ASSAD, 2000, p.24

Lacan irá então afirmar a *primazia simbólica* – uma vez que a cadeia significante preexiste ao sujeito – em conformidade ao que antes havia sido indicado por Freud enquanto determinismo psíquico direcionado segundo o domínio das pulsões (não arbitrado pelo ego), de acordo com este novo estatuto ético-clínico em que se constitui a psicanálise.

O empenho de Lacan, ainda, buscará atrelar ao aparato significante a pertinência em se falar de um *mais além* no desejo. Este, não dirá respeito meramente ao desencontro com o Real dado o caráter alucinatório do objeto, mas, igualmente, vinculado ao efeito de sentido que dispõe o objeto numa “*trama de fabulação*” (LACAN, 1958, p.239).

De fato, a experiência que temos dos sonhos mais simples da criança não é a de uma simples satisfação, como quando se trata da necessidade da fome. Ela é algo que já se apresenta com um caráter de excesso, como exorbitante (...) – *cerejas, morangos, framboesas, pudim*, tudo o que já entrou numa característica propriamente significante, por ter sido proibido (LACAN, 1958, p.229)

E será a partir dessa ‘trama de fabulação’, no que ela se complexifica e se amplia de acordo com a incorporação do repertório lingüístico, que irá derivar a *fantasia* em sua forma adulta, ou seja, a subjetivação de um certo número de histórias que irão compor a consistência do ‘eu’ e do ‘mundo’ através de uma rede de episódios inconclusos que terão invariavelmente como tema de fundo o reiterado desencontro com o Real¹³.

Tal formulação foi também escrita por Lacan a partir de um [i], representante da imagem/sentido, recobrando um [a], traço de desencontro em tudo aquilo que possa vir a ser desejado/simbolizado, e por onde o *objeto* vem a se apresentar enquanto impossível de apreender. Desse modo, lê-se a fórmula lacaniana [i(a)].

Já o conceito de fantasia, caro à teoria psicanalítica, nos requererá um exame pormenorizado; e a ele dedicamos o capítulo seguinte.

¹³ Cf. VIEIRA, 2003, p.27-36.